

EXTREMA DIREITA E A IDEOLOGIA DO DETERMINISMO BIOLÓGICO

EXTREMA DERECHA Y LA IDEOLOGÍA DEL DETERMINISMO BIOLÓGICO

EXTREME RIGHT WING AND THE IDEOLOGY OF BIOLOGICAL DETERMINISM

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.41897>

Luca Ribeiro Mendes Nicola¹

Edson Pereira Silva²

Resumo: Os recentes ataques realizados pela extrema direita a grupos marginalizados da sociedade, no Brasil e no mundo, representam o recrudescimento de uma ideologia antiga que se recicla de tempos em tempos: o determinismo biológico, que tem no determinismo genético sua roupagem mais recente. Neste trabalho, é discutida a ligação entre esta ideologia e a extrema direita. Para tanto, são sumariadas as relações entre ciência e ideologia no sistema capitalista, além de historiar as diversas formas que o determinismo biológico assumiu ao longo da história, sempre relacionadas aos avanços técnico-científicos da época. A conclusão é que o determinismo biológico e genético são uma falácia, construída sobre uma série de falsos pressupostos, erros conceituais, levando a um fatalismo naturalizado.

Palavras chave: Populismo de direita; determinismo genético; capitalismo; ciência.

Resumen: Los recientes ataques de la extrema derecha a grupos marginados de la sociedad, en Brasil y en el mundo, representan el resurgimiento de una vieja ideología que se recicla de vez en cuando: el determinismo biológico, que tiene su más reciente disfraz en el determinismo genético. En este trabajo se discute el vínculo entre esta ideología y la extrema derecha. Para ello, se resumen las relaciones entre ciencia e ideología en el sistema capitalista, además de describir las diversas formas que ha asumido el determinismo biológico a lo largo de la historia, siempre relacionadas con los avances técnico-científicos de la época. La conclusión es que el determinismo biológico y genético es una falacia, construida sobre una serie de suposiciones falsas, errores conceptuales, que conducen al fatalismo naturalizado.

Palabras clave: Populismo de derecha; determinismo genético; capitalismo; ciencia.

Abstract: The recent attacks carried out by the extreme right on marginalized groups of society, in Brazil and in the world, represent the upsurge of an old ideology that is recycled from time to time: biological determinism, which has its most recent guise in genetic determinism. In this work, the link between this ideology and the extreme right is discussed. To this end, the relations between science and ideology in the capitalist system are summarized, in addition to describing the various forms that biological determinism has taken over history, always related to the technical-scientific advances of the time. The conclusion is that biological and genetic determinism are a fallacy, built on a series of false assumptions, conceptual errors, leading to naturalized fatalism.

Keywords: Right-wing populism; genetic determinism; capitalism; science.

Introdução

As eleições presidenciais de outubro de 2018 no Brasil deram a vitória, em segundo turno (57 milhões de votos), ao candidato Jair Messias Bolsonaro. Da mesma forma que Donald Trump, nos Estados Unidos da América, trata-se de um *outsider*, eleito numa onda *anti-establishment* (embora

Bolsonaro tivesse sido, ele mesmo, um deputado federal obscuro nos últimos 27 anos). Com uma agenda de ultra-direita e matizes fascistas, o atual presidente do Brasil tem, sistematicamente, demonstrado seu desprezo a todos os grupos marginalizados da sociedade³ (mulheres, negros, LGBT, povos originários etc.). Ainda durante a campanha, o então candidato, numa palestra no *Clube Hebraica* (uma instituição judaica no Rio de Janeiro) caracterizou um quilombola como um homem que pesava “7 arrobas”, uma medida utilizada no Brasil, entre outras coisas, para pesar gado. Na mesma circunstância contrapôs os negros (“essa raça que não serve nem pra procriar”) aos japoneses (“raça que não fica pedindo esmola por aí”)⁴, deixando clara a sua concepção racista de que se o Brasil tivesse uma maioria de habitantes japoneses e não negros, as mazelas sociais do país estariam resolvidas.

O menosprezo de Bolsonaro para com os grupos marginalizados da sociedade se alinha em muito a de outros líderes mundiais da direita ascendente⁵ no mundo. O presidente Donald Trump, com quem Bolsonaro tem estabelecido uma política de alinhamento⁶ desde a campanha, também tem se notabilizado por declarações depreciativas em relação a grupos minoritários. Por exemplo, o líder norte-americano tem constantemente atacado a população negra, retratando-a como sendo a porção mais violenta, mais propensa a cometer crimes e mais preguiçosa dos EUA⁷. Na atual pandemia causada pela Covid-19, Trump combina a negação de dados científicos com o puro preconceito ao se referir ao agente infeccioso como “vírus chinês”⁸. Na Europa, o atual primeiro ministro da Hungria, em resposta à recente onda imigratória proveniente de conflitos de países no Oriente Médio e na Ásia, mandou construir uma cerca de 175 km selando as fronteiras do país e declarando que “nós não queremos ser um país multi-colorido”⁹. Essa onda conservadora tem institucionalizado e radicalizado o discurso preconceituoso para com diferentes grupos humanos.

Na Hungria, um país que apresenta crescimento demográfico negativo e que é considerado, do ponto de vista migratório, como uma via de passagem de imigrantes para a Europa Ocidental¹⁰, o discurso racista é voltado para o imigrante, visto como uma ameaça ao estilo de vida europeu. Nos Estados Unidos, o ataque é voltado principalmente contra os negros que são, ainda, o segmento mais marginalizado da população e vistos como ameaça à ordem social. No Brasil, de forma semelhante aos EUA, os grupos atacados são os *não brancos*, acentuando o discurso da degeneração oriunda dos processos de miscigenação do povo brasileiro. Em respeito a isso, o vice-presidente do Brasil, general da reserva Antonio Hamilton Mourão, ao ser questionado sobre as condições de subdesenvolvimento do Brasil, respondeu que a razão para tanto era a herança da indolência dos índios, da malandragem dos africanos e do hábito aos privilégios dos ibéricos¹¹. Subjacente a todas essas declarações e vilipêndios está a noção de que é possível reduzir as condições sociais, econômicas e políticas de um país às características biológicas e genéticas dos grupos humanos que o compõe e que essas características determinam não só aspectos físicos, mas,

também, comportamentais, psicológicos etc. marcando, portanto, a condição inevitável destes grupos. Essas noções fazem parte de um conjunto de ideias que leva o nome de determinismo biológico.

Com base nisso, este artigo se propõe a discutir o que é determinismo biológico, qual a sua relação com o conhecimento científico e o seu conteúdo ideológico. Para isso, primeiro é necessário explicar, a partir de um referencial teórico marxista, o que se entende aqui como ideologia e qual a sua função no capitalismo. Em seguida, identificar como a ideologia está presente no conhecimento científico, mais especificamente, nas teorias deterministas biológicas que investigam a natureza do ser social e quais são suas implicações para a sociedade.

Ciência e ideologia

De acordo com Marx & Engels (2007), a primeira condição da história é a existência de seres humanos vivos. Para que isso ocorra, é necessário a apropriação dos meios de subsistência presentes na natureza pelos homens, o que se dá por meio do trabalho entre indivíduos de um mesmo grupo (Marx & Engels, 2007). Com base nessa perspectiva, os dois pensadores comunistas criticam os pressupostos filosóficos idealistas dos jovens hegelianos de esquerda:

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (MARX & ENGELS, 2007, p. 19).

O processo histórico, portanto, não pode ser entendido como a evolução das ideias, mas sim como a forma pela qual os homens resolvem suas necessidades imediatas (de realização de existência), gerando relações sociais cada vez mais diversificadas. É a partir da organização dos homens em um modo de produção, e o surgimento de necessidades secundárias, que se constituem os aspectos representativos (familiares, sociais, políticos etc.) da sociedade. A produção do seu modo de existência, contudo, não é o suficiente para a manutenção de um sistema social.

Althusser (1980) destaca que, para a realização da sua existência, qualquer formação social necessita da reprodução das condições produtivas sob as quais se erige. Dentre estas, as relações de produção devem se manter mais ou menos inalteradas, de modo que a viabilidade da produção não seja ameaçada. No capitalismo, essa reprodução se dá sob a propriedade privada burguesa, tendo como objetivo a obtenção de mais-valor e, como consequência, o enriquecimento da burguesia e o empobrecimento do proletariado. É necessário, portanto, que haja alguma forma de obscurecer essa realidade, de modo a impedir todas as possíveis movimentações de massa dos trabalhadores frente a tal situação de exploração. Como Marx & Engels (2007) apontam, as classes que detêm a

produção material na sociedade têm também o domínio de produção das ideias. Nessa mesma obra, os autores tratam de discutir um fenômeno que garante a reprodução das relações sociais por meio da disseminação das ideias da classe dominante na sociedade, a ideologia.

O fenômeno da ideologia é próprio de sociedades baseadas na divisão social do trabalho, e sua função principal é ocultar as relações de dominação de classe, estabelecendo relações imaginárias que legitimam a realidade desigual. Ela é disseminada na forma de rituais, práticas, notícias e propagandas pelos aparelhos ideológicos da sociedade (ALTHUSSER, 1980), com diversas instituições exercendo esse papel ao longo da história. Sob o modo de produção capitalista, associado ao desenvolvimento inédito das forças produtivas, os aparelhos ideológicos também se diversificam de maneira acentuada, constituindo o que Silva (2013) se refere como indústria ideológica. Como destaca Lewontin (1991), essa prática é necessária pois, a despeito de possuir no aparato repressivo do Estado uma força de contenção do movimento popular (que é usada sem restrições quando a ordem burguesa é ameaçada), é mais proveitoso para a burguesia prevenir conflitos violentos, sempre que for possível, optando por formas mais sutis de dissuasão. Esses aparelhos, por meio da disseminação de mensagens subliminares, reciclam os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, enquanto constroem justificativas para os fracassos humanitários do modo de produção capitalista (SILVA, 2013). No atual modo de produção, uma das atividades das quais os aparelhos ideológicos mais se utilizam é a ciência.

A razão para isso é que, como constatou Marx (2020), a apropriação da ciência pelo capital proporcionou o aumento vertiginoso da produção, por meio do aperfeiçoamento do processo produtivo. É por conta do papel central que a ciência desempenha na reprodução do sistema burguês que ela é apropriada também pelos aparelhos ideológicos. Lewontin (1991), ao ressaltar a conexão que existe entre capital e prática científica, analisa a forma ideológica pela qual a ciência é utilizada:

As pessoas ganham a vida com a ciência, e, como consequência, as forças sociais e econômicas dominantes na sociedade determinam em grande medida o que a ciência faz e como faz. Mais que isso, essas forças têm o poder de se apropriar das ideias da ciência que são particularmente adequadas à manutenção e prosperidade das estruturas sociais das quais fazem parte. (LEWONTIN, 1991, p. 3)

Esse aparelhamento da ciência pelas forças produtivas se dá por meio do esvaziamento do seu conteúdo científico, a partir da utilização de incoerências, pressupostos incorretos e falsificações. Essas falácias geram um discurso ideológico que irá determinar práticas cuja função, como disse Althusser (1980), é garantir a reprodução das relações sociais de exploração capitalistas. É dessa forma, por exemplo, que a escola liberal de economia concebe as crises de superprodução, que são inerentes ao sistema capitalista (MANDEL, 1975), como sendo causadas por fatores externos não esperados, como guerras, quebra da bolsa de valores (MANZANO, 2013) ou o pagamento de auxílios para a classe trabalhadora durante uma pandemia. Na biologia, a ideologia se manifesta ao

longo da história nas teorias que propõe a existência de uma suposta natureza humana de forma desigual nos grupos humanos, levando à hierarquização desses grupos (ROSE *et al.*, 1990). Essa tradição leva o nome de determinismo biológico, e, no momento atual de manifestação na sociedade, é necessário entender como opera essa ideologia.

Determinismo biológico como ideologia

O determinismo biológico consiste na explicação de que as diferenças sociais, econômicas e políticas existentes entre grupos humanos podem ser reduzidas às características físicas e, portanto, à herança biológica desses grupos. Dessa forma, a existência de desigualdade socioeconômica entre brancos e negros nos EUA, por exemplo, seria o resultado da baixa capacidade intelectual dos negros (HERRNSTEIN & MURRAY, 1994). Apesar de já ter sido desacreditado inúmeras vezes, o determinismo biológico não foi superado, mas veio mudando de forma ideológica ao longo do tempo (GOULD, 1991). Uma das mais recentes e contundentes é o determinismo genético (LEWONTIN, 1991; NELKIN & LINDEE, 2004; ROSE *et al.*, 1990; WAGGONER & ULLER, 2015), que afirma que as diferenças biológicas que causam as disparidades socioeconômicas observadas na sociedade são produto dos genes. Desse modo, codificadas no DNA, elas seriam inalteráveis e, portanto, inapeláveis (ROSE *et al.*, 1990). O determinismo genético ganhou maior destaque no âmbito científico conforme foram feitas novas realizações sobre a estrutura do material genético, culminando na elucidação do modelo de dupla hélice do DNA por James Watson (1928-atual) e Francis Crick (1916-2004).

O trabalho de Watson & Crick (1953) significou, para muitos, a revelação da causa material aristotélica da herança e, assim, o desvelamento daquilo que somos no mais profundo da nossa existência, o segredo da “natureza humana”, a nossa “essência” (Solha & Silva, 2004). Nesse sentido, diversos trabalhos associaram aspectos sociais e comportamentais à herança do conteúdo genético de grupos humanos específicos. Em 1969, por exemplo, foi publicado um artigo que ligava a inteligência, medida na forma de tests de QI¹², e a sua transmissão genética, com o sucesso (e fracasso) de diferentes grupos étnicos (JENSEI, 1969). Igualmente, na década de 1990, foi lançado um livro defendendo que a condição de marginalizados na sociedade era mera expressão dos genes de baixa inteligência que esses indivíduos possuíam (HERRNSTEIN & MURRAY, 1994). A aspiração determinista encontrou sua máxima no Projeto Genoma Humano (PGH), uma iniciativa multimilionária financiada, principalmente, pelos departamentos de saúde e de energia dos EUA (WATSON, 1990) que buscou sequenciar o genoma dos seres humanos e elucidar os segredos da “natureza humana”, como diria a maior parte da propaganda em torno desse projeto. Sobre essa iniciativa, seu idealizador declarou que: “...um livro de instruções mais importante do que esse nunca será achado em seres humanos” (WATSON, 1990, p. 44). E foi adiante afirmando que:

“Agora sabemos, em grande medida, que o nosso destino está nos nossos genes”¹³. Essas duas declarações, quando analisadas em conjunto com outras mais recentes do mesmo autor (por exemplo, de que há uma diferença entre a capacidade intelectual de negros e brancos¹⁴ e que essa diferença tornava inefetivas as políticas públicas pensadas para o continente africano¹⁵) indicam com assustadora clareza os pressupostos (falaciosos) e consequências (fatalistas) do determinismo genético. Partindo-se desses pressupostos, todas as mazelas sociais poderiam ser resolvidas por meio da limpeza do conteúdo genético da sociedade. Essa falácia determinista já havia sido identificada no momento da concepção do projeto (ROSE *et al.*, 1990), tendo sido, ao término do PGH, desmascarada uma vez mais, visto que o conhecimento da base genética do genoma humano nada revelou sobre a existência de uma “natureza humana” (KELLER, 2002). Para mostrar de maneira contundente como o determinismo genético aparelha o conhecimento científico, vale a pena destacar um episódio da história moderna.

No início do século XX, um psicólogo francês chamado Alfred Binet (1857-1911) estava a desenvolver um teste que permitisse identificar crianças com aprendizado escolar defasado, de modo a indicá-las para alguma forma de educação especial (GOULD, 1991). Esse conjunto de testes, após a morte prematura de Binet, ficaria conhecido como medição do quociente de inteligência (QI). A despeito de acreditar na existência de uma inteligência inata dos indivíduos, Binet negou que era isso que seus testes mediam e, mais que isso, que indivíduos pudessem ser hierarquizados com base nos resultados dessas atividades. A sua aplicação deveria ser feita e analisada de maneira específica, indo contra qualquer perspectiva de generalização dos testes para todos os estudantes (GOULD, 1991). A história, contudo, mostra que os testes de QI foram massificados, sendo usados como uma forma de medir a inteligência de alunos e trabalhadores e, portanto, designar qual tipo de educação e trabalho, respectivamente, cada um deveria exercer. A utilização massiva dos testes, tanto para crianças quanto para adultos, e a correspondência entre o resultado dos testes e a existência de uma inteligência inata representam falsificações da pesquisa de Binet, rompendo com os pressupostos teóricos assumidos pelo pesquisador. Esse processo ideológico favorece um posicionamento de caráter conservador, desqualificando qualquer tipo de investimento na mudança da ordem social, política e econômica. Ou seja, dando à desigualdade um *status* ontológico de inscrição na própria natureza. Por essa razão, o determinismo genético é a forma ideológica mais recente do determinismo biológico, que busca justificar a realidade desigual e, por isso, serve a uma função de controle social num sistema que produz cada vez mais disparidade socioeconômica.

Marx & Engels (2005) disseram que a burguesia tem como característica o constante desenvolvimento dos meios de produção, alterando ou renovando as formas existentes de extração de mais-valor. Esse processo é observado, também, para a produção de ideologia na ordem capitalista, que assumiu diversas formas ao longo da história, sempre relacionando-se com os

avanços técnico-científicos da época. Por exemplo, uma das primeiras formas do determinismo biológico esteve ligada ao uso da anatomia que, durante muito tempo e com a utilização de diferentes técnicas, tentou demonstrar diferenças nas medidas de cérebros de homens e mulheres, brancos e negros. Para resumir uma longa história, o abandono do programa de pesquisa anatômico se deu devido não só ao fato de que assumia uma série de pressupostos errados (identificar tamanho de cérebro com inteligência, não possuir uma definição do que seja inteligência etc.), como também devido a alguns resultados desagradáveis (dependendo da medida, mulheres apresentavam cérebros maiores que homens, como também orientais em relação à brancos estadunidenses), evidenciando os verdadeiros motivos por trás do programa anatômico (GOULD, 1991). A partir do desenvolvimento da genética, o determinismo biológico encontrou, talvez, sua forma mais robusta. Contudo, mesmo aí, as falácias propaladas pela ideologia determinista foram desmascaradas (ALLEN, 1997; GOULD, 1991; ROSE *et al.*, 1990), uma vez que os resultados do Projeto Genoma Humano deixaram a todos perplexos com a incapacidade de definir adequadamente até mesmo o que seja um gene (KELLER, 2002; SOLHA & SILVA, 2004). No século XXI, os avanços no campo da epigenética pareciam anunciar o fim definitivo do determinismo genético. Contudo, mesmo aí a ideologia se faz presente (WAGGONER & ULLER, 2015), incorporando às manchetes expressões do tipo “código epigenético”, que seriam os mecanismos epigenéticos que programam os indivíduos para se desenvolverem dentro de uma trajetória pré-determinada de respostas aos estímulos externos, lembrando em muito o livro (Levin, 1976) e o filme (SCHAFFNER, 1978) “Meninos do Brasil” ainda do “século do gene” (KELLER, 2002).

A falácia dos argumentos

Vender “gato por lebre” é a prática da ideologia determinista. Portanto, é importante refletir sobre como os argumentos são trabalhados. Resumidamente, os pressupostos do determinismo genético podem ser esquematizados da seguinte maneira: I- Existem diferenças de poder, riqueza e sucesso entre as pessoas; II- Estas diferenças estão associadas a diferentes habilidades e comportamentos delas; III- Estas habilidades e comportamentos podem ser medidos; IV- As medidas representam o caráter como realidade física dos indivíduos; V- Estes caracteres são herdados e, portanto, VI- São genéticos, inalteráveis, inapeláveis.

No primeiro pressuposto diferenças apresentadas são fortes marcadores sociais associados, a seguir, a características "pessoais" (pressuposto II). A tentativa é estabelecer uma relação de causa e efeito, quando estas não são facilmente demonstradas em ciência. No entanto, elas são simplesmente assumidas pela falácia determinista. Ou seja, pessoas (ou grupos de pessoas) diferentes assumem papéis diferentes. A diferença dos papéis é determinada pelas diferenças entre

elas e não, como poderia ser o caso, as diferenças são determinadas pelos diferentes papéis que elas ocupam na sociedade. Do mesmo modo, não se discute se “pessoas” e “papéis” têm sua diferença determinada por um terceiro fator, por exemplo, poder aquisitivo, bagagem cultural etc.

Assumir como verdades naturais os pressupostos I e II é o que fornece a base para estudos de herança de uma série de características humanas complexas e de definição ambígua. Por exemplo, sob o rótulo “violência”, é possível reunir fenômenos tão distintos quanto casos de assassinatos em série, espancamento de mulheres e ocupações do Movimento dos Sem Terra. Mesmo que a definição não seja ambígua, ainda assim, o estudo da herança de características complexas, como agressividades ou inteligência, não é simples, já que na sua base genética devem estar envolvidos mais de um gene, o que promove as mais diversas interações entre os genes.

Entre o terceiro (as habilidades e comportamentos podem ser medidos) e o quarto (as medidas são o caráter) pressupostos, existem algumas extrapolações. O fato de que podemos medir determinadas manifestações de um fenômeno não define o fenômeno. Por exemplo, nos estudos de genética da inteligência, ela é definida como aquilo que os testes de QI medem. Se perguntado o que mede um teste de QI, a resposta é: inteligência! Como se pode perceber, a medida do fenômeno, neste caso, passa a definir o próprio fenômeno.

Finalmente, mesmo que as extrapolações fossem corretas e legítimas, ainda assim, o último pressuposto (características genéticas não podem ser mudadas) seria a expressão de um fatalismo genético! O fato de que somos mais do que a simples expressão mecânica dos nossos genes é conhecido desde os primórdios da genética e é muito bem expresso nos conceitos de genótipo (conjunto gênico do ser vivo) e fenótipo (expressão do conjunto gênico em caracteres). Ou seja, a expressão dos fatores genéticos em caracteres não é direta, mas depende de relações complexas entre os genes como e, também, destes com o ambiente. Desta forma, tentar colocar nossos genes como ditadores do nosso destino não se coaduna com o atual conhecimento da genética. Especialmente ao se tratar da espécie humana, cuja existência se dá numa dialética entre fatores biológicos e sociais.

Uma ideologia já antiga

Longe de ter surgido neste momento atual de ascensão da direita ao redor do mundo, o determinismo biológico já foi empregado em diversos momentos da história das sociedades modernas. Hugo Grotius (1583-1645), um dos principais nomes da doutrina liberal do século XVII, afirmava que havia homens nascidos para a escravidão. De forma semelhante pensava Thomas Jefferson (1743-1826), presidente dos Estados Unidos no início do século XIX, que destacava a impossibilidade de brancos e negros conviverem em bases igualitárias, visto que isso desafiaria as suas determinações naturais (LOSURDO, 2006). A ideologia determinista, que é inerente ao

sistema capitalista de exploração, já passou por uma série de tentativas de legitimação científica. No início do século XIX, por exemplo, a frenologia justificava as diferenças das condições sociais entre as “raças” como sendo produto das configurações distintas do cérebro e do crânio (BANK, 1996). Um pouco adiante, no ano de 1924, nos Estados Unidos, foi aprovada uma lei que estabelecia cotas de entrada de imigrantes de países do leste europeu, com a justificativa de que esses imigrantes eram geneticamente inferiores e que a miscigenação acarretaria a poluição do conteúdo genético estadunidense (ALLEN, 1997). Reproduzido por diversos filósofos, políticos e cientistas do Velho Mundo, o determinismo biológico encontrou lugar entre as elites dominantes do Novo Mundo, entra elas as do Brasil.

O desenvolvimento da ideologia determinista no Brasil, que se deu de forma concomitante ao avanço do capitalismo, foi norteado pelo foco na origem miscigenada da população brasileira, o que levou a uma discussão sobre como a miscigenação influenciava no desenvolvimento do país. A partir da incorporação de teorias racialistas, Silvio Romero (1851-1914), um escritor, jornalista, historiador, poeta e político brasileiro, inaugurou o que ficou conhecido como “Paradigma Racial”, um movimento que reconhecia a miscigenação da população brasileira como um meio de “branquear” a população. Para ele, a raça branca, por ser superior física e mentalmente, triunfaria entre as outras na batalha da miscigenação e isso levaria a rendição da nação impura que era o Brasil (e ainda é nos dias de hoje segundo os critérios de Silvio Romero). Diretamente influenciado por Romero, começaram a se formar no Brasil, a partir de 1910, movimentos que concentravam na eugenia a solução para os problemas sociais. O médico Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) foi um dos grandes expoentes desse movimento, acreditando que a solução para melhorar as condições de vida da nação brasileira seria impedir o cruzamento entre as raças branca, negra e vermelha (BECHELLI, 2009). O movimento eugênico ganhou mais força no início do século XX, com a fundação da “Sociedade Eugênica de São Paulo”, que acelerou o processo de institucionalização da eugenia. Contudo, houve outras interpretações sobre a origem e o papel da miscigenação no Brasil, aquelas que defendiam uma tese contrária à de pureza racial, chamadas de “Paradigma Cultural”.

O “Paradigma Cultural” foi constituído por uma série de pensadores que enxergavam a miscigenação do povo brasileiro como um aspecto positivo que garantiria originalidade à civilização nascente. Gilberto Freyre (1900-1987) foi um escritor, sociólogo e historiador que defendeu a mestiçagem como representação do caráter democrático da cultura brasileira (SANTOS & MAIO, 2004). Outro expoente desse pensamento foi o escritor Jorge Amado (1912-2001) que no seu romance “Tenda dos Milagres” (1967), por exemplo, contrapôs o personagem de Pedro Archanjo, acadêmico defensor da mistura das raças, ao do Professor Nilo Argolo, ávido defensor das ideias eugenistas. Enquanto Argolo não enxergava futuro para um país de mestiços, para Archanjo a mistura trazia um caráter humanista e um ensinamento para o mundo que quase havia se destruído

em uma guerra com base no mito da raça pura (SILVA *et al.*, 2019). Independente da perspectiva acerca das consequências da origem miscigenada do Brasil, é evidente a relação que se estabelece entre a herança biológica da população brasileira e a sua condição social, econômica e política. Em outras palavras, a presença do determinismo biológico é notada em ambas as escolas de pensamento, sendo necessário, portanto, entender os seus pressupostos falsos e deduções equivocadas, de modo a tornar a classe trabalhadora menos susceptível à utilização ideológica da ciência.

Considerações finais

O contexto capitalista atual após a crise de 2008 tem sido marcado pela falência do modelo neoliberal de política econômica. Contudo, a necessidade da manutenção das taxas de lucro em patamar aceitável para a burguesia, não só prolonga, como acentua as políticas de reforma que incluem programas de austeridade e retirada de direitos trabalhistas, tudo isso no sentido de uma maior exploração do proletariado. No Brasil, o governo de extrema direita que leva adiante esta política tem acentuado a pauperização das condições de vida com a destruição de conquistas sociais obtidas a partir de décadas de luta desde o fim da ditadura militar. A retórica da extrema direita é igualmente agressiva, construindo diferentes culpados para a situação imposta pela sua política. Nesta agenda, o discurso determinista tem papel importante, tanto para apontar culpados e desqualificar inimigos, quanto para encerrar a questão em um fatalismo naturalizado.

Assim, as condições de desigualdade presentes na sociedade e entre os países são associadas à diferenças biológicas e genéticas dos grupos humanos, numa tentativa de justificar as falhas sociais do sistema capitalista. Se o discurso determinista biológico não é um fenômeno novo, ele se apresenta sempre renovado pelo contexto histórico, dialogando com a produção científica vigente. É por conta dessa constante atualização da forma ideológica do determinismo biológico que ele se torna persuasivo para parcelas da classe trabalhadora. Nesse sentido, uma das tarefas postas para enfrentar a utilização desse discurso é a identificação dos seus pressupostos falsos, erros conceituais e consequências fatalistas.

A tarefa assumida aqui foi tentar esclarecer a falácia determinista, uma vez que muito da suscetibilidade a este discurso se encontra numa baixa familiaridade com ideias básicas da genética, uma forte influência de fontes de informação que se caracterizam pelo discurso reducionista e sensacionalista (jornais, revistas, mídias sociais etc.), mas, também, num retrabalhamento histórico do discurso ideológico. Dessa forma, parece que, para além do pressuposto iluminista de aumentar o nível de conhecimento em genética, é necessário promover a discussão crítica do aparato ideológico que compõe as ideias do determinismo biológico e genético. Ou seja, promover a crítica

dialética, de modo a identificar a luta de classes nos aparatos intelectuais de legitimação dos fracassos sociais do capitalismo. A isto se propôs este trabalho.

Referências

ALLEN, G. The social and economic origins of genetic determinism: A case history of the american eugenics movement, 1900–1940 and its lessons for today. **Genetica**, Amsterdam, v. 99, p. 77-88, 1997.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

BANK, A. Of ‘native skulls’ and ‘noble caucasians’: phrenology in colonial South Africa. **Journal of Southern African Studies**, Cidade do Cabo, v. 22, n. 3, p. 387-403, 1996.

BECHELLI, R. **Metamorfoses na interpretação do Brasil: tensões no paradigma racial**. 2009. 420 p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GOULD, S.J. **A Falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HAIDER, A. **Mistaken identities: race and class in the age of Trump**. Nova York: Verso, 2018.

HERRNSTEIN, R.J. & MURRAY, C. **The bell curve: intelligence and class structure in american life**. Nova York: The Free Press, 1994.

JENSEN, A. How much can we boost IQ and scholastic achievement. **Harvard Educational Review**, Cambridge, v. 39, p. 1-123, 1969.

KELLER, E.F. **O século do gene**. Belo Horizonte: Crisálida, 2002.

LEVIN, I. **The boys from Brazil**. Nova York: Random House, 1976.

LEWONTIN, R.C. **Biology as ideology: the doctrine of DNA**. Ontario: House of Anansi, 1991.

LOSURDO, D. **Contra-história do liberalismo**. São Paulo: Idéias e Letras, 2006.

MANDEL, E. **Iniciação à teoria econômica marxista**. Porto: Afrontamento, 1975.

MANZANO, S. **Economia política para trabalhadores**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2013.

MARX, K. Forças naturais, ciência e humanidade. In: Frigotto, G.; Ciavatta, M. & Caldart, R.S. (orgs.). **História, natureza, trabalho, educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, K. & ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NELKIN, D. & LINDEE, M.S. **The DNA mistyque: the gene as a cultural icon**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2004.

ROSE, S.; LEWONTIN, R.C. & KAMIN, L.J. **Not in our genes: biology, ideology and human nature**. Londres: Penguin Books, 1990.

SANTOS, R.V. & Maio, M.C. Qual “retrato do Brasil”? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 61-95, 2004.

SCHAFFNER, F.J. **Os meninos do Brasil**. 20th Century Fox, 1978.

SILVA, E.P.; DUARTE, M.R. & NICOLA, L.R.M. Distopia e utopia do nacionalismo vira-lata: herança biológica e determinismo genético. **Seda**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 92-106, 2019.

- SILVA, L. **A mais-valia ideológica**. Florianópolis: Insular, 2013.
- SOLHA, G.C.F & SILVA, E.P. Onde está o lugar do conceito de gene? **Episteme**, Porto Alegre, n. 19, p. 45-68, 2004.
- WAGGONER, M.R. & ULLER, T. Epigenetic determinism in science and society. **New Genetics and Society**, Londres, v. 34, n. 2, p. 177-195, 2015.
- WATSON, J. The Human Genome Project: past, present and future. **Science**, Washington, D.C., v. 248, n. 4951, p. 44-49, 1990.
- WATSON, J. & CRICK, F. A Structure for deoxyribose nucleic acid. **Nature**, Londres, v. 171, n. 3, p. 737-738, 1953.

Notas

¹ Bacharel em Ciências Biológicas pelo Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5813444045698982>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3021-6553>. E-mail: luca.nicola2233@gmail.com

² Pós-doutor em Genética Molecular pela University of Swansea; professor do Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense; Grupo de pesquisa: Laboratório de Genética Marinha e Evolução (LGME-UFF); CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5117796485284748>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3210-1127>; e-mail: edsonpereirasilva@id.uff.br

³ O conceito de “marginalizados” é problematizada no campo do marxismo, por encobrir as reais relações de exploração e expropriação à que parcelas importantes da população (muitas vezes majoritárias, inclusive) estão submetidas nas sociedades capitalistas. Mais que isso, acredita-se que este processo de subjetivação que está na base das políticas identitárias (HAIDER, 2018) promove, muitas vezes, a adoção de discursos que desarticulam os trabalhadores e obscurecem a luta de classes. Contudo, acredita-se que é necessário o uso deste termo aqui (juntamente com outros ligados a políticas identitárias tais quais negros, mulheres, LGBT etc.), uma vez que o discurso determinista da extrema direita endereça nominalmente estes grupos.

⁴ Retirado de Congresso em Foco. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>. Acesso em 15/05/20.

⁵ Direita ascendente se refere ao movimento de avanço do conservadorismo ao redor do mundo no contexto do processo de reestruturação capitalista com a globalização. Neste cenário, são eleitos representantes deste movimento com um discurso simplista de resolução da deterioração das condições econômicas dos trabalhadores, baseado em políticas de austeridade fiscal, reformas trabalhistas, xenofobia etc. Alguns exemplos estão postos por Bolsonaro no Brasil, Trump nos EUA, Orbán na Hungria e Zelensky na Ucrânia. Essa definição, contudo, não exclui as importantes diferenças que existem entre os governantes mencionados, levando em conta especialmente a posição de cada um dos países na divisão internacional do trabalho.

⁶ A política de alinhamento do governo Bolsonaro pode ser verificada, no âmbito externo, no posicionamento diplomático em relação a China (que representa uma ameaça à hegemonia econômica dos EUA, mas é o maior parceiro comercial do Brasil) e no apoio ao bloqueio econômico contra a Venezuela e Cuba. Isso ocorre ao mesmo tempo que Bolsonaro se aproxima de líderes conservadores como o primeiro ministro israelense Benjamin Netanyahu. No âmbito interno, essa política de alinhamento se traduz na abertura irrestrita para a entrada de capital norte-americano fragilizando, por exemplo, o setor petrolífero nacional.

⁷ Retirado de Vox. Disponível em: <https://www.vox.com/2016/7/25/12270880/donald-trump-racist-racism-history>. Acesso em 17/05/20.

⁸ Retirado de Al Jazeera. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/programmes/newsfeed/2020/03/trump-defends-calling-coronavirus-chinese-virus-200323102618665.html>. Acesso em 22/05/20.

⁹ Retirado de Reuters. Disponível em: <https://af.reuters.com/article/worldNews/idAFKCN1G1272>. Acesso em 30/05/20.

¹⁰ Retirado de European Commission. Disponível em: <https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/population-demographic-situation-languages-and-religions->

35_en#:~:text=Hungary's%20territory%20is%2093%2C030%20square,country%20has%20been%20on%20decrease.&text=The%20population%20density%20is%202809%20person%2Fsquare%20km%20in%202018. Acesso em 05/01/21.

¹¹ Retirado de Jornal O Estado de São Paulo (Estadão). Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,mourao-liga-indio-a-indolencia-e-negro-a-malandragem,70002434689>. Acesso em 02/06/20.

¹² Teste de QI é um conjunto de exercícios cujo resultado seria uma medição do Quociente de Inteligência de quem respondeu ao teste, portanto, uma suposta medida da inteligência inata de uma pessoa. As questões que o compõem, contudo, dizem mais respeito a um arcabouço cultural e classista que indivíduos de um determinado segmento da sociedade possuem do que à habilidades inatas desses indivíduos. Isso deve ser levado em conta especialmente porque os testes são produtos de uma padronização em massa das suas questões, fazendo com que estudantes e trabalhadores de diferentes regiões, estados e até países respondam às mesmas perguntas. Além disso, a massificação dos testes de QI inverteu o sentido original da sua aplicação que era identificar, dentre uma diversidade de comportamentos que estudantes apresentavam em relação à escola, quais deles estariam resultando numa forma precária de aprendizado. Os testes hierarquizaram essa diversidade de comportamentos numa escala, reificando-a num dado chamado de QI (inteligência inata). Por último, como a inteligência inata só pode ser entendida como o resultado dos testes de QI, se estabelece uma tautologia, na qual o que se mede nos testes de QI é a inteligência inata (QI), porque a inteligência inata é o que é medido nos testes de QI (Gould, 1991).

¹³ Retirado de Time. Disponível em: <http://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,957263-1,00.html>. Acesso em 06/01/21.

¹⁴ Retirado do documentário “American Masters: Decoding Watson”, produzido e lançado pela PBS em 2 de janeiro de 2019.

¹⁵ Retirado de The Times. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/black-people-less-intelligent-scientist-claims-39mzldv5hbm>. Acesso em 06/01/21.

Recebido em: 01 de outubro de 2020.

Aprovado em: 03 de fevereiro de 2021.